

Desenvolvimento: uma noção entre o imaginário e a realidade

Florbela Samagaio

1. Considerações preliminares

Nas actuais sociedades, complexas, ditas "desenvolvidas", as questões relativas aos diversos Processos de Desenvolvimento em curso assumem um carácter imperativo e crucial nos discursos científicos e políticos. Focar a problemática do Desenvolvimento, estudar e investigar Processos de Desenvolvimento em curso e estabelecer alguns critérios de certo tipo de ordenação, quase hierárquica, de determinados *estádios* de Desenvolvimento latentes e/ou manifestos nas diferentes sociedades, conjuntamente com o apelo à participação da designada sociedade civil para o Desenvolvimento, nomeadamente de cariz regional e local, constitui, neste final de milénio, um tema obrigatório do devir histórico e da própria noção de evolução social.

Questionados e, de certo modo, esgotados os *grandes* modelos de desenvolvimento dos anos setenta, assiste-se, na década de noventa, a uma viragem em termos de concepção de desenvolvimento, no sentido da aquisição política e económica dos processos de desenvolvimento de âmbito local. Atendendo à especificidade económica e cultural de cada região, acentua-se a importância da concepção de que *the small is beautiful* e admite-se que todo o processo de desenvolvimento que se manifesta numa sociedade ou numa região deverá começar pelo respectivo aproveitamento dos recursos (i)materiais e endógenos; deverá solicitar a intervenção activa do Poder Local; deverá solicitar a participação da sociedade civil e deverá estar devidamente enquadrado num contexto de mudança social essencial-

mente entendido numa lógica de parcerias assim como na superação do *déficit cultural* que ainda hoje envolve as questões relativas à noção e à manifestação do Desenvolvimento.

Em Portugal, a questão do Desenvolvimento não é tão recente como à primeira vista se possa pensar. No período que antecedeu o 25 de Abril a aposta terá sido efectuada ao nível dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Assim e segundo Medina Carreira (1996), "Os Planos de Fomento, em vigor de 1953 até ao 25 de Abril constituíram instrumentos eficazes para o crescimento económico com decisiva influência nas profundas mutações sociais ocorridas nos anos 60 e 70. No I Plano ainda assumem posições equilibradas forças dos industrialistas e as dos grandes proprietários rurais"¹. O que constitui novidade neste âmbito de análise é a relativamente recente preocupação do desenvolvimento de base regional. Esta terá acontecido talvez um pouco tardiamente. Esta tomada de consciência encontra a sua origem mais propriamente em razões de ordem externa ao nosso país do que interna. Neste sentido, e tendo presente o actual contexto da *Europa das Regiões*, podemos efectivamente ler no art.º 130^A do Acto Único Europeu de 1986: "A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolve e prossegue a sua acção tendente ao reforço da sua coesão económica e social. Em especial a Comunidade procura reduzir a diferença entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas"².

A União Europeia constitui um grupo heterogéneo de países. As diferenças entre os Estados Membros não são apenas culturais, históricas ou geográficas, são também económicas e, fundamentalmente, atribuídas a razões inerentes a diferentes *estádios de Desenvolvimento*. Deste modo, podemos afirmar que por detrás da *sombra* do *Velho Continente*, eventual traço distintivo da designada *Cultura Ocidental*, a União Europeia caracteriza-se essencialmente pela existência de desequilíbrios/assimetrias regionais afectas a cada um dos países membros e, por exemplo, para José António Fernandes, (1989), "ainda mais acentuadas (...) principalmente depois da adesão de Portugal e da Espanha"³.

¹ Henrique Medina Carreira, *As Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1996, pag. 48.

² António José Fernandes, *Portugal Face à Política Regional da Comunidade europeia*, Lisboa, Publ. D.Quixote, 1989, pag. 24.

³ Idem, pag. 29.

Obviamente salvaguardando todas as iniciativas políticas, técnicas e científicas, relativamente às quais o nosso país não terá sido totalmente alheio, pensamos ser legítimo, no entanto, afirmar que, só após a integração de Portugal na então designada Comunidade Económica Europeia, as instâncias políticas, as estruturas económicas e a própria sociedade civil em geral iniciaram um processo de interiorização consciente do imperativo do Desenvolvimento Regional e Local, tendo como finalidade acompanhar as regiões da Europa, consideradas mais desenvolvidas. Este imperativo traduziu-se e traduz-se essencialmente na necessidade, ainda que polémica, da *Convergência*.

Subjacente a toda a Política Regional Comunitária também encontramos disposições que afirmam claramente que a Comunidade Europeia ou a União Europeia procura e procurará reduzir o atraso das regiões menos favorecidas apoiando fortemente a realização da coesão económica e social designadamente através da acção dos fundos económicos comunitários com finalidade estrutural.

Reforçando a importância e a actualidade da noção de Desenvolvimento urge solicitar uma intervenção planeada e responsável, com base no conhecimento das respectivas especificidades dos territórios respeitantes ao mundo em geral, e ao nosso país em particular.

2. Desenvolvimento versus crescimento económico: uma problemática dinâmica

Segundo A.Teixeira Fernandes (1988) "*Existe um movimento em todos os seres vivos que os conduz a formas mais elevadas de organização e lhes permite um domínio maior sobre o mundo que os rodeia. O factor fundamental desse movimento é o sentimento de inferioridade que, desse modo, se torna igualmente o agente determinante de toda a evolução cultural. Accionado por um tal sentimento, o homem é, na verdade, constantemente impelido a agir*"⁴.

Na verdade, o percurso histórico da noção de Desenvolvimento não pode omitir o seu quinhão de postura filosófica sobre a própria evolução da Humanidade. Obviamente não pretendemos tecer considerações de cariz

⁴ António Teixeira Fernandes, *Os Fenómenos Políticos*, Porto, Edições Afrontamento, 1988, pag. 48.

darwinista, queremos apenas salientar que a procura do aperfeiçoamento e da qualidade da vida poderá ser considerada uma constante na história da vida humana.

A Teoria do Desenvolvimento parece encontrar a sua raiz mais remota na Filosofia. Segundo M. A. Sinaceur, reconhecemos, que desde Platão, a noção de Desenvolvimento traduz uma contradição essencial do nosso tempo. Por um lado a vontade do Progresso por outro a desconfiança face ao mesmo.

É inquestionável o facto de que todos os estudiosos destas questões apontem a relação entre Desenvolvimento e Evolução Social ou Humana. Neste sentido, gostaríamos de destacar a posição de Auguste Comte, para quem o desenvolvimento relaciona-se intimamente e de forma directa com o real aperfeiçoamento da humanidade ⁵.

Para A.M.Sinaceur "*desenvolvimento é tudo ao mesmo tempo: a acção de desenvolver e o que daí resulta*" ⁶.

A noção de Desenvolvimento encontra-se investida de múltiplos significados. Desenvolvimento, Crescimento Económico, Progresso e Evolução Social são expressões que, muitas vezes, se reportam aos mesmos fenómenos contribuindo para acentuar o carácter difuso da noção de Desenvolvimento. Dela podemos relevar o carácter pluridimensional do objecto real em questão. Significações económicas, significações biológicas, se tivermos presente a teoria do desenvolvimento das espécies de Charles Darwin, conotações políticas, conotações sociais, todas juntas permitem concluir acerca da relatividade da noção em questão. Paralelamente, podemos referir o seu sentido ideológico questionando na esteira de M.A.Sinaceur, que o Desenvolvimento é o Ocidente reproduzindo-se a si próprio, e que o mundo em geral, e atendendo necessariamente às suas especificidades, poderia eventualmente *desenvolver-se de outro modo*.

Embora a noção de Desenvolvimento se encontre imbuída de vários sentidos, foi e tem sido sempre a contraposição entre Desenvolvimento e Crescimento Económico a ocupar o lugar central da discussão.

Para autores como Kuznets e F.Perroux, o crescimento é o aumento da dimensão de uma unidade, quase sempre, a nação, expresso pelo produto

⁵ Veja-se a este propósito António Teixeira Fernandes, *Os Fenómenos Políticos*, Porto, Edições Afrontamento, 1988.

⁶ A.M. Sinaceur, *Desenvolvimento, Para quê?*, in François Perroux, *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pág. 13.

global bruto (conjunto de bens e serviços obtidos durante um período, incluídas as amortizações), referido ao número de habitantes. Contudo, e ainda de acordo com os estudos de Kuznets, aprendemos que os índices quantitativos do crescimento por si só são insuficientes e imperfeitos.

Como é do conhecimento geral, as preocupações relativas ao crescimento ganharam sentido com o final da Segunda Grande Guerra Mundial. Assim, e para A. Simões Lopes (1995) "*...desejava-se que a economia prosperasse e que daí todos viessem a beneficiar, mas logo à partida houve países cuja preocupação maior era repor o nível de produção do passado e aumentá-lo, enquanto outros pretendiam dar prioridade a objectivos socio-económicos como a distribuição do rendimento, o pleno emprego, o bem-estar em geral. Na generalidade dos casos, as atenções convergiram para o Rendimento Nacional cujo aumento surgia como objectivo que se associava às possibilidades de satisfação das necessidades da população, necessidades que entretanto e em muitos casos se fazia o possível por aumentar, sem ser por acaso*"⁷.

As preocupações teóricas surgidas em torno da noção de crescimento económico apontavam para a necessidade de estimular a procura. A produção, enquanto objectivo principal do moderno sistema capitalista, pretende conduzir e aumentar a procura, criando progressivamente necessidades adicionais na sociedade. Ainda, e na esteira de A. Simões Lopes, podemos igualmente dizer que o desenvolvimento ou o progresso das actividades não espera a justificação por parte das necessidades; pelo contrário determina ao mesmo tempo as necessidades legitimando o próprio sistema na medida em que apenas traduz a desejada eficiência no aproveitamento total da capacidade produtiva.

Os índices quantitativos do crescimento económico, apesar de imperfeitos, são desejáveis como meio eventualmente objectivo de comparação de números entre realidades diferentes. Os índices económicos eram e são ainda actualmente desejados como indicadores universais.

Adicionalmente, gostaríamos de referir algumas das teorias ditas clássicas do desenvolvimento enquanto crescimento económico. Referimo-nos pois à noção de subdesenvolvimento, similar, para os devidos efeitos, à de *países em vias de desenvolvimento* ou ainda a de *periferia*.

⁷ A. Simões Lopes, *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 144-145.

Não nos interessa traçar de forma exaustiva o percurso histórico destas noções porque pensamos que para um texto desta natureza tal não será necessário. No entanto, convém, ainda que de modo sintético, apontar determinadas referências.

A terminologia em questão conta apenas algumas décadas de existência e está de certa forma relacionada com o recente despertar dos países até há bem pouco tempo sob dominação colonial.

Os sociólogos e os economistas constataram inicialmente que o *atraso* de grande parte dos países do mundo relativamente aos países considerados desenvolvidos, melhor dizendo, às economias industrialmente avançadas, era uma questão de grau e não questionaram nem identificaram as questões relativas à natureza ou género desse "atraso" de desenvolvimento.

O subdesenvolvimento era visto de uma maneira quantitativa. Por um lado rendimento per capita por outro a distribuição da população activa por sectores de actividade.

Posteriormente, verificaram-se alterações nos estudos de cariz económico e sociológico no sentido de evidenciar todo um conjunto de factores qualitativos. Deste modo, Charles Bettelheim (1967) enunciava esses factores, qualitativos, da seguinte forma: os países em vias de desenvolvimento, subdesenvolvidos, ou periféricos vivem uma situação de dependência que pode ser de ordem política ou económica, constituem objecto por parte das economias ditas ou consideradas avançadas, de uma exploração, situações que, segundo o mesmo autor conduziram a um bloqueamento acentuado por factores endógenos à própria formação sócio-económica, a saber, fraca formação de capital, baixo nível de produtividade, fracos excedentes e fracas taxas de investimento.

Autores como A. Emmanuel, Pierre Jalée, Samir Amin e Celso Furtado, por exemplo, viriam a aperfeiçoar este modelo de análise concordando com o facto de um rápido desenvolvimento da acumulação nacional constituir a principal condição de um desenvolvimento económico, capaz de se bastar a si próprio e de assegurar um crescente nível de vida à população. Nesta linha de pensamento, podemos mesmo falar em desenvolvimento aut centrado, o que, por sua vez, nos permite remeter para o conceito de desenvolvimento auto-sustentado de Rostow, para quem, toda a economia depois do *take-off* entraria num estágio de *self sustained growth*. Encontrando-se este último conceito investido de polémica não poderíamos deixar de salientar a este propósito a posição de Kuznets, para quem, todo o tipo de crescimento é, de certa forma, *self-sustained* na medida em que significa uma acumulação de reservas destinadas a um *outro* crescimento posterior. Por outro lado, não

deixa de ser interessante e necessário até destacar a posição do mesmo autor, Kuznets, relativamente ao sentido *self-limiting*, isto é, auto-limitador do crescimento na medida em que uma situação de crescimento pode efectivamente também significar, por exemplo, uma redução dos incentivos, uma pressão sobre os recursos escassos assim como o fortalecimento de interesses adquiridos. Portanto, para Kuznets importa retirar o carácter (quase) automático do processo de crescimento económico segundo o qual quase que se poderia verificar uma situação de *self-sustained em crescendo*.

Os autores divergem sobre a origem do *take-off*. Por um lado tudo poderia começar com uma aposta na actividade agrícola por outro tudo poderia ter início com uma aposta na industrialização. Numa terceira hipótese, Celso Furtado, por sua vez, reconhece que o motor do desenvolvimento poderia ser encontrado no comércio externo.

Na crítica a Rostow e às suas *etapas do crescimento económico*, Kuznets abraçando a ideia de um crescimento, aponta outro tipo de condições, diferentes das tradicionais, as quais permitiriam também uma situação de crescimento. São as condições globais que implicam o conjunto da sociedade. De facto, e segundo o autor em questão, verifica-se a existência de condições inerentes a uma situação de crescimento económico, digamos, moderna. Podemos, de acordo com este tipo de pensamento, salientar o vector da industrialização com diversificação da estrutura industrial, o vector da urbanização, o vector do aumento progressivo do rendimento real *per capita*, o vector (da constituição) de um *stock* de conhecimentos resultantes da Ciência moderna e o vector relativo à própria capacidade da sociedade no sentido de criar instituições que permitam a rentabilização daquele *stock*.

Teoricamente, será legítimo presumir que estamos a passar da noção de *simples* Crescimento para a noção de Desenvolvimento?

Entendemos que o crescimento (económico) constitui apenas um meio para o desenvolvimento, não se podendo identificar os dois termos.

Para Dufour (1973) Desenvolvimento pressupõe progresso social no sentido de obter uma sociedade melhor.

Efectivamente, consideramos que enquanto o crescimento é material, por conseguinte quantitativo e objectivo, o desenvolvimento implica a obtenção de fins que transcendem o plano meramente económico, que servem a justiça, a cultura, a qualidade de vida, enfim, talvez, a felicidade.

Quando pensamos em desenvolvimento, encontramos sentidos tais como harmonia, equilíbrio e continuidade para a história da humanidade. Por conseguinte, penetramos necessariamente no campo do Imaginário.

Para se verificar uma situação de desenvolvimento, na perspectiva económica e social, deverá existir um determinado controlo social do progresso/crescimento económico com vista por exemplo a respeitar o equilíbrio do meio ambiente e/ou a própria dignidade do ser humano, pensemos nas actuais experiências científicas no campo da genética, a tão polémica clonagem, que põe em causa o próprio sentido do desenvolvimento da ciência.

É que na actual sociedade de consumo, de produção capitalista, as acções são justificadas pelo lucro e não pelas (des)vantagens que resultam para a sociedade ou para o meio ambiente.

Segundo A. Simões Lopes (1995) "*A economia atravessa o primado do quantitativo e manter-se-a' em autêntico estado de subdesenvolvimento enquanto não se preocupar com a qualidade da vida, o crescimento populacional, o urbanismo, para apenas citar alguns exemplos*"⁸.

Por seu lado, já em 1857, J. Stuart Mill ensinava que a estacionariedade no capital e na população não tem necessariamente como resultado a estacionariedade na vida humana. Para este economista, melhorar a *cultural* e a própria *qualidade do progresso moral e social* torna-se igualmente importante no sentido de também melhorar a *Arte de Viver* e as relações humanas. Na esteira destes dois últimos autores concordamos em aceitar que numa situação dita estacionária da economia existe todo um conjunto de bens que pode aumentar e melhorar a satisfação humana, e/ou a felicidade (?) Referimo-nos, pois, à educação, à estética, ao equilíbrio familiar, à arte em geral, à aprendizagem e investigação científica, para citar apenas alguns exemplos. Qualquer actividade que não exija grande quantidade de recursos não renováveis ou que não perturbe de forma nociva o meio ambiente pode crescer indefinidamente. Referimo-nos, por conseguinte, e em concreto, ao(s) processo(s) de desenvolvimento.

Gostaríamos de evocar o pensamento de Tyler Miller (1975), o qual nos remete para a necessidade da existência de uma nova escala de valores que proponha a qualidade, a diversidade, a durabilidade em detrimento da quantidade, do uniforme ou da massificação, e do efémero.

Muitos autores, provenientes das Ciências Sociais e Humanas, têm-se debruçado sobre a questão Crescimento versus Desenvolvimento. Algumas posições convergem, outras, por seu turno, divergem. O que importa reter é que o termo desenvolvimento está longe de ter encontrado um sentido unívoco.

⁸ Idem, pag. 149.

Tentando finalizar esta reflexão sobre a problemática do Desenvolvimento versus Crescimento, gostaríamos ainda de realçar que para o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1969), a procura do desenvolvimento, ou por outras palavras, a racionalização da produção, surge simultaneamente com a procura das políticas de bem-estar (welfare). Tendo por base estudos empíricos, este autor verifica a existência de uma relação positiva entre a pressão social a favor do desenvolvimento e o seu êxito. Tendo por objecto de estudo os movimentos populistas na América Latina, F.H. Cardoso conclui que enquanto movimento autónomo, a pressão das massas, exercida através do *populismo*, visa alcançar um maior consumo e uma participação mais intensa, segundo as suas próprias palavras, caminhando pois na direcção do Desenvolvimento enquanto finalidade. Nesta linha de pensamento, também os processos de industrialização e de urbanização se encontram investidos de uma pressão crescente a favor do crescimento económico e da transformação social, isto é, uma vez mais, nas palavras do autor, *de um maior consumo e de uma participação mais intensa*.

Como já referimos a noção de desenvolvimento encontra-se sujeita a certas conotações políticas o que de momento não interessa explorar. Todavia, devemos ter presente que, por exemplo, a *cultura* e a *liberdade* constituem factores "pertença" de uma sociedade desenvolvida, e cremos que esses factores ocorrem no seio e na concretização dos sistemas políticos democráticos. Deste modo, e tendo presente o actual contexto do nosso país remetemos o nosso pensamento para a análise da Constituição da República Portuguesa, designadamente para os art.^{os} 9.º e 66.º, os quais visam essencialmente promover a preservação do ambiente, o ensino, a cultura, o bem-estar, e a qualidade de vida dos cidadãos, enfim o próprio Desenvolvimento de forma harmoniosa evitando as assimetrias aos vários níveis.

Obviamente que existem outros art.^{os} expressos na nossa Constituição da República dignos de citação, que se orientam na perspectiva do desenvolvimento, mas, contudo, não queremos ser exaustivos. Assim, apenas queremos recordar o art.º 64.º (Direito à Saúde), o art.º 65.º (Direito à Habitação condigna), o art.º 73.º (Direito à Educação, Cultura e Ciência), e, finalmente, o art.º 58.º (Direito ao Trabalho), o qual, nas actuais sociedades industrializadas, entrou por completo no campo da relatividade e, consequentemente, exigirá talvez uma revisão do seu sentido real.

3. Desenvolvimento e a representação social do espaço

DESENVOLVIMENTO é uma noção vasta, pluridisciplinar e multívoca, assim também acontece com os seus processos em curso. Na verdade, falar de Desenvolvimento em Meio Rural é diferente de falar de Desenvolvimento em Meio Urbano.

Segundo Boaventura Sousa Santos (1987) "*...o pensamento científico-social de Saint-Simon e Comte a Marx e Max Weber, desenvolveu um portentoso paradigma espaço-temporal sobre a organização da sociedade.*". *Esse paradigma "...assentava numa dupla dicotomia: a dicotomia Agricultura/Indústria e dicotomia Rural/Urbano"*⁹.

Tratava-se simultaneamente de um paradigma espacial na medida em que o Rural e a actividade agrícola originavam um espaço diferente do originado pelo Urbano e pela indústria, e um paradigma temporal uma vez que a agricultura e o Rural identificavam-se com o passado e com o tradicional e, por sua vez, a indústria e o Urbano identificavam-se com o futuro e com a modernidade.

Esta dualidade, ou melhor dizendo, dicotomia foi estudada por vários autores sempre contrapondo o Rural ao Urbano. Podemos, de facto, destacar nomes como Sorokin e Zimmerman (1929) e Redfield (1947), por exemplo. No entanto, o autor que talvez mais tenha vincado esta distinção tenha sido Wirth (1938) no seu artigo "*Urbanism as a way of life*". Descrevendo, então, a cidade como "*...um relativamente vasto, denso e permanentemente conjunto de indivíduos heterogéneos*", o mesmo autor caracteriza o espaço rural como um espaço de dimensões reduzidas, com baixa densidade populacional e relativamente homogéneo no que concerne às características dos seus habitantes.

O conceito de Desenvolvimento assume sentidos diferentes quer se trate de espaço rural ou de espaço urbano, o que contribui para acentuar ainda mais a relatividade do conceito. Todavia, o espaço rural ou, como actualmente se designa, o Mundo Rural já não pode caracterizar-se univocamente pelas mesmas características que o marcavam num passado ainda muito recente. As transformações que têm ocorrido na sociedade actual têm

⁹ Boaventura Sousa Santos, *O Espaço da Introdução*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 22, 1987, op.cit. In Elisabete Figueiredo, *O Espaço Rural em Questão — contributos para uma reflexão em torno do Conceito de Ruralidade*, in revista Rurália, N.º 3, Arouca, 1994, pag. 24.

atingido deveras o Mundo Rural. Neste sentido e de acordo com certos autores nomeadamente José Madureira Pinto urge redefinir os conceitos de Rural e de Ruralidade ¹⁰.

A consideração do que é urbano e do que é rural é também relativo e assim, juntamente com Alberto Melo (1991) podemos questionar: "(9 que é Rural? Podemos considerar como Rural todo o espaço não urbano? As montanhas dos Himalaias, o deserto do Shara, a floresta húmida da Amazónia, poderão ser considerados espaços Rurais?" ¹¹. Para este autor, embora permaneçam dúvidas no que diz respeito à resposta, ele aponta como característica fundamental das áreas rurais a existência de uma "paisagem humanizada", resultado da convivência mais ou menos permanente entre o homem e a terra.

O terreno que pisamos afigura-se-nos melindroso...

Legitimamente, podemos também questionar o que se pode entender por urbano, uma vez que este espaço frequentemente se apresenta igualmente disperso e difuso.

A ruralidade surge como oposta à modernidade, adquirindo o Mundo rural um estatuto marginalizado relativamente ao processo geral de desenvolvimento da sociedade, protagonizado essencialmente pelas cidades. A ruralidade representa a negação da modernidade.

Posteriormente e de acordo com as efectivas alterações nos espaços urbanos e rurais, a dicotomia rural e urbano é posta em causa. Se a cidade vive um processo de bloqueamento no que concerne ao seu desenvolvimento resultante dos malefícios da civilização moderna, o mundo rural apresenta (novas) potencialidades e novas funções desempenhadas pelo "campo" e destinadas essencialmente aos utilizadores não rurais.

Progressivamente, o modelo dicotómico vem dando lugar a um modelo caracterizado de certa forma pelo *continuum* entre o mundo rural e a cidade.

Na perspectiva do modelo *continuum* as áreas urbanas surgem como a força catalizadora do processo de desenvolvimento e nesta linha de pensamento o espaço rural, de um estatuto de marginalidade, passa para uma situação de ausência de estatuto. Se efectivamente o mundo rural deve desen-

¹⁰ Veja-se a este propósito o artigo *O Espaço Rural em Questão - contributos para uma reflexão em torno do Conceito de Ruralidade*, in Revista Rurália, n.º 3, Arouca, 1994, p.p. 23-31.

¹¹ Alberto Melo, op.cit. Idem, pág. 30.

volver-se na direcção do mundo urbano quase deixa de ter sentido a imagem e a noção de um mundo oposto ao urbano.

Mais tarde, e com Mingione e Pugliese (1987), descobre-se que as transformações motivadas pelo mundo urbano no mundo rural tiveram reacções diferentes. De facto, observou-se que as áreas apesar de partilharem alguns traços comuns reagem de formas distintas face às mudanças, apropriando-se delas também de modos distintos, possibilitando desta maneira a descoberta de descontinuidades no *continuum* referido. Verificamos, pois, que as áreas rurais não são meros espelhos dos efeitos da modernização, elas possuem em si mesmas capacidades de reacção e de adaptação específicas face a esses impulsos.

Estudos empíricos recentes permitem verificar que nas cidades também se encontram algumas características tradicionalmente associadas ao mundo rural o que vem demonstrar que o processo de transformação oriundo do *modelo de desenvolvimento dominante* não é unilateral, mas que ambos os espaços/mundos sofrem influências recíprocas.

Os processos crescentes de urbanização e de industrialização fizeram surgir movimentos a favor da preservação da sociedade rural como oposição face ao processo de massificação da sociedade e à degradação de determinados valores ambientais, culturais, sociais e familiares. Neste sentido, e na esteira de Chamboredon, podemos, com uma certa ousadia, falar da ruralidade como *reserva cultural*

A visão mais recente afirma que a ruralidade e o próprio mundo rural fazem parte do processo de desenvolvimento e de modernização em curso na medida em que reconhece a importância da sociedade rural como elemento significativo e/ou estruturante para o desenvolvimento da Sociedade Global, concorrendo não só como espaço apresentando (novas) funções cada vez mais desejadas e valorizadas como também como padrão de referência a um universo complementar e necessário ao equilíbrio psíco-social do indivíduo.

O que podemos, pois, entender, no contexto actual, por desenvolvimento?

Face a este tipo de questões, a ausência das respostas pode assumir um carácter virtuoso.

Os territórios, considerados como fenómenos sociais totais, exigem para o planeamento dos seus processos de desenvolvimento uma visão interdisciplinar e territorialmente globalizante não só no que respeita às suas potencialidades como também no que concerne aos seus estrangulamentos.

Para Manuel Fernandes de Sá (1986), torna-se urgente o envolvimento coordenado dos vários agentes não só no que concerne à gestão urbanística como também e fundamentalmente no que se refere ao processo de desenvolvimento local¹².

Planear no sentido de Desenvolver um território/região/concelho ou qualquer outra unidade territorial pressupõe uma reflexão integrada dos desafios que se colocam às regiões numa perspectiva territorialmente equilibrada e apela à mobilização dos vários actores locais, entre os quais a designada sociedade civil, para a sua prossecução. Motivação e envolvimento, participação e mobilização deverão ser entendidos como factores reais e inerentes a qualquer processo de desenvolvimento.

Relativamente a esta temática podemos colocar com acuidade a própria questão da cidadania. Efectivamente, o desenvolvimento assim entendido pressupõe o envolvimento com carácter responsável de vários actores locais, entre os quais os próprios cidadãos organizados ou não. É do conhecimento sociológico as virtualidades do associativismo enquanto mecanismo de coesão social. É talvez no espaço associativo que melhor se aprende a exercer a democracia, participando no destino da vida colectiva da região. Todavia, a noção da cidadania passa igualmente pelo seu exercício de um modo mais isolado. O cidadão possui direitos e deveres susceptíveis de serem accionados no âmbito da vida pública.

Algumas vezes, obviamente, acontece que se espere das Autarquias Locais o único papel interventor nas lides do desenvolvimento e estas por vezes encontram-se seduzidas por um outro género de planeamento, o planeamento dito informal ou de cariz informal, por vezes no sentido de obviar a burocracia inerente aos projectos/processos desta natureza. Todavia, e a este nível de análise, a função/comportamento que se deseja por parte da Autarquia Local é a de não se limitar ao papel de arbitragem no seio dos designados conflitos de interesses, frequentemente próximos de certos "poderes difusos". Na verdade, ela deverá ser o organismo que interpreta o real interesse colectivo do concelho.

O território deverá ser encarado como um fenómeno social total pois envolve grupos e sistemas sociais, sistemas económicos, sistemas políticos e indivíduos. Esta noção de território, sem dúvida abrangente, possibilita o

¹² Veja-se a este propósito Manuel Fernandes de Sá, *Políticas e Recursos do Médio Ave — análise comparada de 5 Municípios: Braga, Fafe, Famalicão, Guimarães e Santo Tirso*, Lisboa, cadernos Municipais, n.º 3, 1986.

alargamento mais recente do conceito de desenvolvimento. Deste modo, este estende-se e *corrompe* o conceito de qualidade de vida. A pluralidade de sentidos a atribuir a ambos é infinita, o que garante a entrada da Ciência Social, neste caso da Sociologia, no campo do simbólico e do imaginário.

4. Desenvolvimento e qualidade de vida: reflexos da modernidade?

A noção de Qualidade de Vida encontra-se imbuída de elementos subjectivos. A sua abordagem no contexto das Ciências Sociais tem-se revelado de difícil acesso, pois trata-se de uma questão que não pode ser tratada com objectividade.

Existem alguns estudos empíricos sobre esta questão. Podemos, por exemplo, salientar os estudos médicos que têm vindo a ser feitos e nos quais a noção de Qualidade de Vida remete para o bem-estar físico e psíquico dos indivíduos.

Nas actuais sociedades, ocidentais e ditas desenvolvidas assistimos cada vez mais à utilização desta noção no sentido de manifestar a satisfação das mais variadas aspirações dos indivíduos. Na verdade, existe uma infinita variedade subjectiva das necessidades e das aspirações dos indivíduos.

Analisando alguns documentos sobre a temática Qualidade de Vida, designadamente os da OCDE e os do PNUD ¹³, verifica-se uma proximidade conceptual da noção em causa com a de Desenvolvimento. A satisfação de um mínimo de necessidades considerado suficiente para uma vida humana condigna constitui uma possível definição de qualidade de vida.

Segundo Edgar Morin, é no século XIX que surgem os primeiros fundamentos de uma ideologia do Bem-estar, por um lado a partir do pensamento social inglês, e da filosofia unitarista, por outro lado, a partir das reflexões sobre a pobreza/miséria. O bem-estar transforma-se simultaneamente num valor burguês e proletário. Se a sociedade burguesa encontra o seu ideal de projecto de vida, o movimento operário, por sua vez, reivindica para si esse ideal. Estas duas correntes fundir-se-ão na concepção do *welfare state*.

O bem-estar surge de forma cada vez mais relacionada com os designados bens de consumo e de uso, fruto da revolução industrial, e define-se

¹³ Veja-se a este propósito P.N.U.D., Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Lisboa, Tricontinental, Ed.1995.

como um estilo de vida ligado à habitação, aos transportes e aos lazeres da vida moderna.

Edgar Morin (1984), considerou alguns componentes do bem-estar que passamos a enumerar:

- Utilidades/comodidades conseguidas através do usos de aparelhos cujo objectivo consiste na redução/supressão de esforços físicos, por exemplo, o automóvel, os electrodomésticos;
- Multiplicidade de alternativas de consumo;
- Liberdades e facilidades nos tempos livres e nas férias;
- Conforto na habitação;
- Satisfação obtida através de um *gadget* psicológico e/ou físico;
- Nova postura perante a vida, a qual não sendo dirigida pela preocupação de fazer economias/investimentos para a posteridade também não será dirigida para as despesas consideradas luxuosas.

As concepções do bem-estar variam de acordo com os níveis de vida, segundo a classe social e mesmo segundo os países, assim acontece também com a noção de qualidade de vida.

A redescoberta da noção de qualidade de vida como característica sistemática a ter em conta no processo de desenvolvimento sócio-económico verificou-se durante a crise dos anos 70. Assim, «O programa da OCDE para a elaboração de indicadores sociais foi criado em 1970, na sequência de uma declaração dos ministros dos países membros sublinhando que "o crescimento não é um fim em si mesmo, mas antes um meio de criar melhores condições de vida; é necessário prestar maior atenção aos seus aspectos qualitativos e definir políticas a seguir relativamente às grandes opções económicas e sociais que a distribuição de recursos crescentes implica"»¹⁴. Como consequência, relativamente a esta preocupação de carácter mais qualitativo, estabeleceu-se uma lista de preocupações sociais partilhadas pelos países membros da OCDE. Estava pois aberto o caminho para a criação de uma série de indicadores sociais. A análise qualitativa viria a complementar a análise quantitativa.

O crescimento económico terá atingido o seu auge nos anos 70. Indubitavelmente, a ele se deve o aumento do nível de vida material da popu-

¹⁴ José Barreto, *O Programa da O.C.D.E. para a Elaboração de Indicadores Sociais*, Lisboa, Análise Social, Vol.XIV (55), 1978-3.º pag. 629.

lação. No entanto, e paralelamente a este aumento, verificou-se o aparecimento de crescentes preocupações relativas a outros factores relacionados com a problemática da qualidade de vida nas sociedades modernas.

As preocupações voltar-se-iam cada vez mais para os aspectos qualitativos do crescimento, chegando-se mesmo a colocar em causa o próprio objectivo do crescimento e a pensar quase num movimento contra o crescimento económico em virtude dos malefícios por ele também provocados. Por outro lado, questionava-se o facto de nem todas as camadas da sociedade beneficiarem das vantagens possibilitadas pela expansão económica.

Questionando a eficácia dos indicadores quantitativos do crescimento económico na *medição* do real bem-estar social, instalou-se a necessidade generalizada da elaboração de indicadores sociais no sentido de completar aquelas estatísticas que forneciam uma medida exclusivamente ou predominantemente económica dos resultados da expansão económica, o que por essa mesma razão, não se prestavam à avaliação da qualidade de vida ou do bem-estar social. Aliás, surgiu mesmo a proposta no sentido da criação de um *indicador global do bem-estar ou da felicidade* — Sicco Mansholt — proposta apenas de valor simbólico.

Nos anos 70, a perspectiva do esgotamento das fontes energéticas e o aumento das formas de poluição conduziram ao questionamento do processo de crescimento económico e dos seus próprios objectivos. O conceito de riqueza material alargar-se-ia no sentido de ter em conta outros bens assim como outros sentimentos, como, por exemplo, a qualidade do ar e a tranquilidade.

Assistiu-se à inversão da problemática. Assim, o crescimento, e consequentemente, os objectivos puramente económicos a ele associados, (renasceu explicitamente considerado como um meio para alcançar um objectivo mais fundamental, *melhores condições de vida* para as populações.

Segundo a concepção adoptada pela OCDE, a noção de *bem-estar social*, utilizada, segundo José Barreto ¹⁵, como sinónimo de *qualidade de vida*, significa o *bem-estar global dos indivíduos* e não propriamente o bem-estar *societal*, o qual implicaria a consideração das estruturas institucionais da sociedade.

Indubitavelmente, o conceito de bem-estar social confronta-se com a inevitável intervenção de juízos de valor/avaliações subjectivas/representações sociais.

¹⁵ Veja-se a este propósito José Barreto, *Idem*, pp. 629-644.

A relatividade da noção de qualidade de vida e a sua alteração conforme as classes sociais ou as diferentes culturas e sub-culturas existentes tornam difícil a elaboração de um conceito universal de bem-estar.

Contudo, a análise subjectiva da questão revela-se importante pois interessa conhecer as representações que os diferentes grupos sociais têm acerca da noção.

Não se pretende subvalorizar o papel das estatísticas, ainda que elas tenham manifestado maior tendência para reflectir as actividades de organismos administrativos do que propriamente a situação da sociedade. Pretende-se efectivamente auscultar o lado da sociedade, jogando precisamente com a introdução de elementos subjectivos da qualidade de vida através do mecanismo das representações sociais. Actualmente, para alguns estratos sociais, a aspiração a uma situação económica estável é complementada com preocupações respeitantes à informação, à escolha por parte do consumidor, à garantia e qualidade dos bens e dos serviços, à segurança, ao meio ambiente, aos lazeres, apenas para citar alguns exemplos.

Na sociedade actual, poder-se-á eventualmente pensar noutro tipo de indicadores. Deste modo, poder-se-ão distinguir os seguintes: a saúde, englobando o sistema de saúde assim como o respectivo acesso, com qualidade, por parte dos indivíduos, educação/formação e desenvolvimento pessoal, emprego e qualidade de vida no emprego, espaços e ocupação de tempos livres, meio ambiente físico e social.

Apesar de insuficientes, alguns estudos de carácter empírico têm evidenciado a necessidade de ter em conta, na elaboração do conceito de qualidade de vida, determinados elementos tais como: as condições de habitação, a protecção social, a qualidade do ambiente e da paisagem, a dotação em termos de certos equipamentos infantis, juvenis e de apoio à terceira idade, a dinamização sócio-cultural, a qualidade dos serviços públicos em geral e com particular destaque o caso da saúde, as condições sociais de apoio à família e ao equilíbrio psicológico, a participação na vida colectiva, a qualidade do ar, a qualidade da água, o saneamento básico, os equipamentos e as práticas culturais.

Não existe uma definição universal do conceito de qualidade de vida, para além da consideração de alguns dos parâmetros atrás enunciados, considerados no seu conjunto ou não. Os elementos subjectivos de análise encontram-se constantemente presentes nesta problemática.

A verdadeira riqueza das regiões deverá ser o seu povo, ou seja, os seus recursos humanos. Muitas vezes, e a pretexto da procura da riqueza

económica e material, as pessoas são, por vezes, esquecidas. A finalidade de um processo de desenvolvimento sócio-económico deverá ser a criação de um *ambiente* saudável e criativo, isto é, de bem-estar para as populações.

A publicação, em 1990, do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano possibilitou (re)colocar o homem no centro do processo de Desenvolvimento e permitiu uma chamada de atenção para a importância crucial, na avaliação da riqueza das nações, do índice de Desenvolvimento Humano. Neste sentido, o desenvolvimento humano passa necessariamente pelo alargamento das escolhas/alternativas das pessoas, para além da satisfação das necessidades humanas condignas. Essas escolhas/alternativas poderão ser infinitas e não são efémeras. A título de exemplo, poderemos citar a liberdade política, a situação económica e social, as oportunidades de lazer, as oportunidades de criatividade, as oportunidades de participação em questões culturais, sociais e políticas e a garantia dos direitos humanos.

Com base na análise do índice de Desenvolvimento Humano, podemos afirmar que o factor rendimento, ainda que importante, constitui apenas uma das opções a considerar. O objectivo básico do desenvolvimento deverá ser a criação de um ambiente que permita às pessoas poderem usufruir de uma vida longa, saudável e criativa.

Não temos como objectivo aprofundar concretamente o conceito de qualidade de vida, o qual engloba fortes conotações subjectivas. A sua referência tem como fim acentuar o carácter subjectivo da noção de Desenvolvimento. A Qualidade de Vida poderá ser considerada como um factor concomitante ao processo de Desenvolvimento.

À Sociologia cumpre ocupar-se das condições sociais que possibilitam, em menor ou maior grau, essa situação designada (com) qualidade de vida. A análise sociológica deve ser efectuada em termos de tendências na satisfação das aspirações sociais.

A Qualidade de Vida é um fenómeno multidimensional que se pode traduzir numa infinita variedade de sentidos.

As representações sociais sobre o fenómeno qualidade de vida em meio urbano e ou em meio rural, salvaguardando contudo que os traços de modernidade são mais visíveis no primeiro, encontram-se necessariamente marcadas pela subjectividade, o que conduz necessariamente a uma análise do tipo qualitativo.

Estamos, pois, perante um fenómeno pluridisciplinar, o que implica na sua análise a intervenção de várias ciências. Neste sentido, podemos referir, a título de exemplo, algumas destas ciências: a Sociologia, a Economia, a

Psicologia, a Psiquiatria e a Medicina, isto é, Ciências no âmbito da Saúde. Neste sentido, podemos apontar alguns estudos sobre saúde pública e cuidados primários de saúde, factores que se prendem também com a questão da Qualidade de Vida. Apesar de disporem de enfoques teóricos e de perspectivas de análise distintas, actualmente, as Ciências referidas chamam a atenção para a necessidade urgente de estudar e planear a Qualidade de Vida nas sociedades modernas.

Nestas sociedades, e sobretudo nas sociedades ocidentais, assiste-se actualmente a profundas alterações com implicações directas no modo de vida dos indivíduos.

O homem é por excelência um fenómeno social e cultural. Vive segundo formas simbólicas e normas. É este conjunto simbólico que atribui o sentido à vida. Referimo-nos, pois, à cultura, padrão global de referência da vida individual em sociedade.

Na esteira de Max Weber, poder-se-á opinar que toda a acção social é dotada de um sentido. Por sua vez, e para António Teixeira Fernandes, "na óptica da Antropologia e da Sociologia, a cultura consiste na própria sociedade, enquanto esta oferece às pessoas e aos grupos padrões de conduta. Ela concerne, assim, toda a vida social, na medida em que abarca os seus sistemas de ideação, de representação e de expressão, os seus sistemas éticos e os seus referenciais para a acção. Dá, deste modo, sentido ao mundo e à história, à natureza e ao homem, ao trabalho e ao lazer, às limitações e às aspirações de liberdade, à satisfação e à esperança, à vida e à morte, ao presente e ao futuro" ¹⁶.

A cidade tem sido, de certa forma, traduzida, do ponto de vista sociológico, em termos de *cultura urbana*. Seguindo a linha geral de pensamento da Escola de Chicago, designadamente de autores como Robert Park e Ernest Burgess, poder-se-á mesmo falar em *urbanism as a way of life*.

Dotadas de um dinamismo próprio, as sociedades parecem caminhar no sentido da urbanização. Para Manuel Castells, "O estabelecimento permanente de uma colectividade humana densa e suficientemente heterogénea, provoca a aparição de um novo tipo de cultura, caracterizada pela passagem das relações primárias a secundárias, segmentarização dos "papéis", anonimato, isolamento, relações instrumentais, ausência de controlo social directo,

¹⁶ A. Teixeira Fernandes, *A Mudança Cultural na Sociedade Moderna*, Porto in Revista F.L.U.P., Série_Filosofia, n.º 5-6, Segunda Série, 1988-1989, pag. 126.

diversidade e fugacidade dos papéis sociais, abrandamento dos laços familiares e concorrência individualista. É este contexto sócio-cultural que, finalmente, explica a aparição de novas formas de comportamento humano" ¹⁷.

Efectivamente e na esteira de António Teixeira Fernandes, podemos mesmo referir que a era da modernidade poderá ser considerada como a época da "atomização" social do indivíduo caracterizada por uma "desestruturação cultural". A sociedade influencia os comportamentos individuais e nas sociedades modernas assistimos, de certo modo, à desintegração social do indivíduo. No fundo, trata-se de retomar o conceito de anomia social de E. Durkheim.

Neste contexto, cumpre-nos apontar a extrema importância do associativismo como um espaço de convivialidade e de integração psíco-social do indivíduo.

A cidade, também ela dispõe de uma dinâmica própria, a do urbano. Analisada, regra geral, em oposição ao mundo rural, a cidade detém um dinamismo próprio susceptível de influenciar os comportamentos humanos, como o demonstram os estudos de Chombart de Lawe na região metropolitana de Paris sobre as transformações das relações sociais ocorridas com o advento dos tempos modernos. Na mesma linha de análise, poder-se-á citar J. O. Retel cujo estudo no aglomerado parisiense, também, focaliza a análise na importância das relações de parentesco e coloca a questão crucial da estrutura espacial das relações sociais. Para este autor, a vida social urbana, depois de ter passado por uma fase de estruturação territorial, tende a encaminhar-se para uma fase de estruturação propriamente sociológica dos grupos sociais entre si.

Na mesma linha de pensamento, podemos ainda salientar os trabalhos de Henri Lefebvre, os quais permitem constatar que, nos *aglomerados urbanos*, assiste-se a uma tendência no sentido do enfraquecimento de uma vida social e orgânica. Assiste-se, como anteriormente referimos, à "privatização da existência". Os novos aglomerados urbanos tendem a eliminar o papel da rua, lugar de encontro e de convivialidade por excelência. A rua, antigamente espaço de sociabilidade, tende pois a transformar-se num mero local de passagem. Os *novos aglomerados* tendem a negligenciar o elemento lúdico inerente à vida social espontânea. Obviamente não podemos esquecer que esta representação da cidade estará de acordo com o posicionamento

¹⁷ Manuel Castells, *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Ed. Presença, 3.^a edição, pág. 59.

de certas classes sociais. Por outras palavras, pretendemos afirmar que os diferentes estratos sociais atribuem significados distintos ao elemento rua.

As mais recentes preocupações urbanísticas procuram revitalizar a rua, reconstruir a cidade integrada nas suas múltiplas funções.

Se para certos autores, a cidade é o "caos" da modernidade, para outros, designadamente Manuel Castells, a cidade não é um "meio" socialmente desorganizado, é sim o meio de aculturação à vida moderna, isto é, ao processo de transformação rápida que caracteriza a sociedade industrial e capitalista. Neste sentido, salientamos que o meio urbano se encontra dotado de uma capacidade quase nobre, a de suscitar inovações seguida da sua (relativamente) rápida capacidade e recepção/absorção, isto no que concerne aos aspectos inovadores do crescimento/desenvolvimento.

Para António Teixeira Fernandes, no processo de transformação que vivemos "verifica-se que se as cidades estão sujeitas a um processo acelerado de urbanização do próprio urbano com a implantação de novos padrões de conduta, são, no entanto, as sociedades rurais que se encontram em profunda mudança, com a alteração do seu tradicional universo simbólico..." Todavia, e ainda segundo este autor, "a cidade, pela sua uniformidade destruidora, aparece como desumana para os seus habitantes, embora continue ainda a despertar o sonho dos rurais"¹⁸. Estaremos face a uma ausência de sentido da vida urbana moderna?

As sociedades actuais encontram-se em permanente mudança.

A revolução industrial institucionalizou a mudança, e a dialéctica entre o tradicional e o moderno tornou-se endémica em todas as sociedades.

Segundo Talcott Parsons, "a fonte de tensão específica da nossa sociedade, pelo menos em termos de importância quantitativa, é consequência da rapidez do processo de racionalização, como Max Weber lhe chamou, do minar dos padrões tradicionais — dos símbolos — pelo criticismo racional ou pseudo-racional e pelo desenvolvimento de padrões racionalizados(...)"¹⁹.

Pensar acerca da questão da qualidade de vida pressupõe uma perspectiva dinâmica e quase visionária no que concerne ao processo de evolução das sociedades.

¹⁸ A. Teixeira Fernandes, *A Mudança Cultural na Sociedade Moderna*, Porto, Revista F.L.U.P., Série Filosofia, n.º 5-6, Segunda Série, 1988, pág. 10.

¹⁹ Op. Cit. in Arthur M. Okoun, *What's wrong with the U.A. Economy? Diagnosis and Prescription*, in *Quarterly of Economics and Business*, 1975, sem pág.

A modernização da economia e da sociedade conduziu ao aparecimento de, nas palavras de Manheim, das ideologias e das utopias, ou seja, e num tipo de linguagem mais convencional, às políticas de carácter esquerdista e às políticas de carácter direitista. As primeiras criticam a sociedade moderna baseando-se na superioridade de uma crença, ou utopia futura, vulgarmente descrita como mais igualitária, mais democrática ou mais participativa por parte das populações. Nesta linha de pensamento, podemos apontar que as dificuldades do presente são atribuídas ao poder explorador de uma classe dirigente dominante que se serve a si mesma. Noutra perspectiva, os direitistas advogam que anteriormente terá existido uma sociedade *boa* e integrada. Segundo esta posição, a corrupção verificada na sociedade contemporânea é o resultado do abandono dos valores e das relações sociais que caracterizavam a sociedade anterior.

Por sua vez, para Max Weber, "o destino dos nossos tempos é caracterizado pela racionalização e pela intelectualização e, acima de tudo, pelo desencanto com o mundo"²⁰.

Por seu turno, Anthony Giddens (1994), procura enquadrar o indivíduo no seu equilíbrio psíco-social no contexto da modernidade, personificado no *self*, isto é, no *eu íntimo*. O mesmo autor refere-se à nossa época como sendo de grandes transformações que tendem a influenciar o comportamento individual. A necessidade de organização e a rotina adquirida constituem uma forma de segurança encontrada pelo indivíduo no seu quotidiano, de combater a ansiedade²¹.

A modernidade e as alterações por ela provocadas suscitaram um movimento idealista de revolta. Não nos interessa caracterizar este movimento de ideias, apenas gostaríamos de reter a sua importância enquanto movimento crítico e atento à perda das características de humanidade e de consenso que deveriam caracterizar todas as sociedades, designadamente as modernas atendendo à evolução do pensamento e do conhecimento humanos.

Alguns autores mais radicais, nomeadamente Peter Saunders, chegam mesmo a questionar se o modo de vida respeitante ao capitalismo moderno, demasiadamente *estilizado* na óptica de P. Bourdieu, não será patológico.

Emile Durkheim, na sua obra "A Divisão Social do Trabalho", questiona o modo como a sociedade moderna poderá manter uma ordem social

²⁰ Op cit. In Rudof Klein, *Growth and its enemies, Comentary*.

²¹ Vejam-se a este propósito os trabalhos de Harry Stack Sullivan, *Conceptions of Modern Psychiatry*, Nova Iorque, Norton, 1953.

espontânea uma vez que os fortes sentimentos morais colectivos foram substituídos pela ética do individualismo. A resposta de Durkheim encontra-se na procura de novas formas de organização social, o que hoje se chama corporativismo, que expressariam e acentuariam os laços orgânicos de interdependência obtidos, na sociedade moderna, através de uma complexa divisão do trabalho. Para este autor, nenhum indivíduo poderia ser considerado como um ser isolado. A grande questão colocava-se, para o autor, ao fazer os indivíduos compreenderem, eles próprios, a necessidade assim como a importância da cooperação para o equilíbrio da sociedade.

Relativamente à teoria de Durkheim, poder-se-ão apontar dois pontos de vista. O primeiro diz respeito ao facto de que o problema da coesão colectiva não poder ser resolvido através de uma reacção política que envolva uma consciência colectiva forte e coercitiva. As antigas formas de moralidade colectiva entraram num processo de ruptura pois encontravam-se desajustadas face à moderna sociedade massificada. A solução para o problema da coesão social, nas modernas sociedades, reside essencialmente na mobilização dos indivíduos para legitimarem a diversidade através do reconhecimento da tolerância e da cooperação.

O segundo ponto de vista a extrair da análise de Durkheim consiste no facto de que o espírito da cooperação deverá ser alicerçado no voluntarismo. A moralidade é fundamentalmente uma função de espontaneidade.

A solução preconizada pela teoria de Durkheim envolve uma procura de equilíbrio entre os valores de egoísmo e altruísmo, e entre as forças do progresso (anomia) e a estagnação (fatalismo). Uma sociedade que encoraje os indivíduos a colocar os interesses próprios acima dos interesses dos outros é simplesmente patológica. Assim funcionam o sistema de produção capitalista e a lógica dos mercados.

Efectivamente, assiste-se à extensão do mercado liberal nas esferas da vida social e familiar. A lógica do mercado encontra-se associada a um determinado tipo de valores, como por exemplo, o individualismo contraposto ao colectivismo. Outras dualidades serão de destacar, assim, o materialismo contra o espiritualismo, a racionalidade contra a emoção, a ganância contra o altruísmo, o atomismo contra a solidariedade, desejos contra as necessidades, por exemplo. Para Durkheim, a lógica do mercado é imoral pois submete o homem, enquanto ser social, aos seus desígnios, retirando-lhe a liberdade e a moralidade das relações sociais, por conseguinte a sua própria Felicidade.

As visões sobre as cidades e o fenómeno da urbanização são diversas e contraditórias tudo dependendo da óptica de leitura accionada. Obviamente

sem querer esgotar o assunto, gostaríamos de contrapor uma outra visão, a do *continuum urbano* ou *continuum rural*, se os considerarmos como espaços sobrepostos numa dada região, que se tem vindo a verificar no território nacional. Todavia, nesta linha de pensamento, não devemos de modo algum esquecer a própria especificidade do *rural profundo*.

Segundo Manuel Castells, poder-se-á caracterizar a cidade essencialmente pelo consumo de bens colectivos.

Por seu turno, e para Max Weber, será a auto-suficiência política-administrativa que define a cidade, depois de conseguido o *aglomerado espacial* assim como a base económica. Desta forma, o sistema político-administrativo será a expressão institucionalizada de um sistema de acção.

Poder-se-á, de forma sintética, apresentar as duas perspectivas teóricas que fundamentam a leitura sobre a cidade enquanto meio caracterizado por uma cultura específica, neste caso, a cultura urbana.

Por um lado, as sociedades modernas têm um sistema cultural específico e este sistema representará o culminar de um processo de desenvolvimento inerente à própria espécie humana. Por outro lado, o mesmo sistema poderá ser produzido a partir de uma forma ecológica específica de actividade designada cidade. Neste sentido, a sociedade rural transformar-se-á em sociedade urbana em virtude do acréscimo de dimensão/densidade e heterogeneidade que ocorre. A partir de um certo nível de desenvolvimento a sociedade urbana produzirá e emitirá valores que acabarão por se impor, mesmo no que concerne à sociedade rural.

Na verdade, o rural e o urbano, salvaguardando devidamente o rural profundo, poderão constituir os pólos opostos de um *continuum* evolutivo no sentido rural-urbano.

A vida nas sociedades modernas encontra-se pois imbuída de vários sentidos por vezes complementares, por vezes antagónicos, isto é, que se contradizem.

Para Manuel Castells, a cidade poderá ser caracterizada como um espaço de bens de equipamentos de consumo colectivo. Enfim, por uma cultura dominante que é a cultura de massas.

Deste modo, e tendo presente a problematização da noção de Qualidade de Vida, hoje em dia, torna-se necessário proceder a um outro tipo de análise com vista a uma requalificação do quantitativo, ou simplesmente da quantidade, a qual neste momento parece caracterizar parte das cidades desenvolvidas. Queremos com isto dizer que as cidades não devem ser consideradas como conjuntos de aglomerados habitacionais banais. Torna-se, pois,

imprescindível efectuar um tipo de selecção qualitativa dos equipamentos no sentido de preservar e/ou adquirir um certo nível de qualidade de vida.

Na perspectiva do Desenvolvimento, pensamos poder afirmar com alguma legitimidade que ainda não se chegou à conclusão sobre se as cidades portuguesas se encontram, no presente momento, na fase objectivamente carenciada de bens de equipamento e consumo colectivo ou se, por outro lado, se encontram já numa fase selectiva da quantidade com vista à qualidade desses bens de equipamento e de consumo.

A nível geral, podemos opinar que a questão da necessidade da dotação em termos de infra-estruturas ainda se coloca com bastante assiduidade.

Pensa-se, com relativa segurança, que no futuro talvez se assista à discussão acerca dos aspectos qualitativos da própria *quantidade* das nossas cidades.

Na dialéctica quantidade-qualidade, alguns exemplos poderão ser apresentados no sentido de melhor explicitar o que se pretende transmitir. A qualidade de vida em meio urbano ou simplesmente qualidade de vida urbana implica logo à partida e segundo certos autores, nomeadamente V. M. Ferreira²², uma suficiência em termos da dotação de alojamento e de transportes.

Se por um lado se deverá exigir mais alojamento no que diz respeito às cidades metropolitanas do nosso país por outro lado tornar-se-á imprescindível a qualificação do "habitat" urbano. Habitação, espaços verdes, qualidade de construção, planeamento urbanístico, estilos arquitectónicos adequados constituirão e constituem já algumas das novas necessidades sentidas no meio urbano.

Será que no âmbito da questão do alojamento nos encontramos numa fase de exigência de "mais alojamento" ou de "melhor alojamento?". Basta lembrar que nos períodos pré-eleitorais se assiste, por parte de todos os partidos políticos, a uma campanha intensiva junto dos estratos sociais mais carenciados.

As cidades constituem objecto de representações sociais. Uma das representações mais comuns é a da "confusão do tráfego". A dialéctica transporte público/transporte privado tem necessariamente que ser questionada e revista. Na óptica da qualidade de vida, será preferível utilizar o transporte

²² Veja-se a este propósito Vítor Matias Ferreira, *Qualidade de Vida Urbana e Metropolitana, Apostas para uma Requalificação da Quantidade*, sem data.

privado ou poder dispor de um razoável sistema de transportes públicos? Estamos perante uma contradição atípica em meio urbano na medida em que esta dialéctica também poderá ser colocada com pertinência em termos de qualidade de vida no que concerne à dotação de infra-estruturas e transportes em meio rural. Todavia, será talvez na cidade que se colocará com mais pertinência a questão da mobilidade. Assim, deste modo, também será legítimo questionar se será necessário "mais mobilidade" ou "melhor mobilidade".

É inegável que o processo de urbanização transformou-se na vivência fundamental da época moderna e arrastou consigo alterações diversas, das quais o aumento demográfico constitui apenas um dos exemplos, que exigem o conhecimento e a apresentação de soluções.

A noção de *meio urbano* é globalizante pois corresponde à pluridimensionalidade do fenómeno. Inerente a esta noção, poder-se-á referir o imperativo de um melhor ambiente urbano. O espaço apresenta-se simultaneamente físico e social

A análise do Livro Verde do Ambiente Urbano, editado pela União Europeia em 1991, permite assistir a uma renovação sobre a problemática da vida nas cidades. O ambiente urbano passa a ser questionado não só em termos de avaliação de determinados indicadores ditos ambientais como também passa a integrar questões mais vastas e complexas, por vezes aparentemente distintas, como por exemplo os transportes, a mobilidade, a protecção e a valorização do património histórico-cultural e obviamente o próprio planeamento urbano, todos convergindo no sentido da compreensão da noção de desenvolvimento enquanto processo integrado e global.

O equilíbrio ambiental deverá ser entendido tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista sociológico, simultaneamente e com a mesma intensidade. Ambiente físico, ecologia e sociologia deverão complementarem-se na análise do espaço urbano. Por outras palavras, pretendemos dizer que a natureza física e paisagística deverá ser relacionada com o conceito, hoje em dia tão caro para alguns autores, de *sociabilidades em meio urbano*.

A problemática da sociabilidade/convivialidade constitui uma das mais importantes componentes do conjunto da vivência em meio urbano. Nesta linha de pensamento, dever-se-á sugerir a necessidade da valorização e da análise qualitativa do fenómeno urbano.

As *sociabilidades* definem a própria natureza do homem. Vários autores se têm vindo a dedicar ao estudo desta questão, o que confirma a sua

importância crucial. Neste sentido, salientamos o importante trabalho de Walter Rodrigues (1992) "Urbanidade e novos estilos de Vida."²³.

Na tradição sociológica, não podemos deixar de salientar os importantes trabalhos de G.Simmel sobre formas de sociabilidade consideradas como instrumentos analíticos dos próprios sistemas de relações sociais, assim como no caso da Sociologia Urbana, com todas as suas eventuais implicações teóricas, segundo M.Castells, os trabalhos da Escola de Chicago dos anos 20, designadamente Park e Burgess (1925) remetendo já para um determinado direito de cidadania na cidade, quiçá o direito às sociabilidades tão importantes para o equilíbrio do homem, no âmbito da questão do bem-estar e da Qualidade de Vida.

Por seu turno, a valorização do património assume, na nossa perspectiva, também ela um sentido global.

A "imagem" da cidade não deve ser construída unicamente a partir do seu património edificado, normalmente de cariz arquitectónico e histórico. A imagem da cidade deve englobar o seu património total, isto é, tanto o conjunto de *materialidades* que dão forma à cidade como também o património histórico-social, por outras palavras, os valores - urbanos - na sua globalidade.

Numa óptica filosófica sobre a vivência em meio urbano, poder-se-á, na esteira de Matias Ferreira (1992) e Walter Rodrigues (1992), aplicar a noção de urbanidade. A cidade tem pois uma dinâmica própria em termos sociais e culturais. Imbuída de certa forma de uma conotação *arqueológica*, segundo os autores citados, aquela noção refere-se *aos bons velhos tempos*, como sejam *cortesia, boa educação, delicadeza, civilidade....* Sem nostalgia, actualmente urge regressar a esta noção do foro sócio-cultural e simbólico do urbano, sob pena do homem cidadão e/ou urbano ser esquecido no anonimato das massas.

Segundo António Teixeira Fernandes, a cidade é por excelência o palco da *teatralidade*. Neste sentido, urge revitalizar a praça, a rua, por exemplo, para o homem encontrar o sentido da vida num enquadramento de territorialidade.

A questão do simbólico prende-se necessariamente com uma outra noção, a das identidades. Para J.Madureira Pinto "...é importante não se perder nunca de vista que as identidades sociais se constroem por integração

²³ Walter Rodrigues, *Urbanidade e Novos Estilos de Vida*, Sociologia, in Revista Problemas e Práticas, n.º 12, 1992, pp. 91-107.

e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de movimentos complementares, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes" ²⁴. Sendo assim, é impensável a vida humana sem identidade e simbolismo.

A vida nas cidades influi na (re)produção dos mecanismos de afirmação identitária. Aparentemente, estes correm o risco de se perderem no anonimato que caracteriza a cultura de massas, a cultura dominante no meio urbano. No entanto, e tal como afirma António Firmino da Costa, no contexto da sua investigação em Alfama ²⁵, podem existir processos próprios, ou seja, endógenos, de produção de identidade baseados na trama das relações sociais e na especificidade sócio-ecológica do bairro. Por outras palavras, António Teixeira Fernandes sustenta o mesmo pensamento. Assim e para este autor, "...se nas classes médias e sobretudo superiores se pode encontrar uma identidade forte coexistente com uma relação mais abstracta com o meio, nos bairros populares prevalece "a relação concreta ao espaço, que era típica da aldeia na sociedade tradicional" ²⁶. Este tipo de relação contribui tanto para a construção como para o controlo da identidade" ²⁷. Sendo assim a questão da identidade social e cultural em meio urbano não se encontra perdida. Compete ao Poder Local, enquanto *agente de desenvolvimento*, revitalizar estes espaços simbólicos não permitindo que eles se percam no anonimato e contribuir para uma melhor qualidade de vida, ao possibilitar o equilíbrio psíco-social do homem na cidade.

A requalificação qualitativa da cidade encontra-se em larga medida dependente do poder político, designadamente do poder local e da sua própria *qualidade política*. Requalificar a cidade tende necessariamente a corresponder a uma noção também ela complexa, a de *cidadania*.

Nesta linha de pensamento, confirmamos a posição de Henri Lefebvre (1967-1968) que se poderá traduzir em grande parte num apelo: o apelo a um novo urbanismo, a (re)conquista da cidade.

²⁴ J. M. Pinto, *Considerações Sobre a Produção Social da Identidade*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 32, Coimbra, CES, 1991, pag. 218.

²⁵ Veja-se a este propósito A. Firmino da Costa, *Alfama: Entrepósito de Mobilidade Social*, in Cadernos de Ciências Sociais, n.º 2, Porto, Ed. Afrontamento, 1984.

²⁶ A. Teixeira Fernandes, *Espaço Social e Suas Representações*, Porto, in Revista F.L.U.P., Série Sociologia, Vol. II, 1992, pag. 77.

²⁷ Idem, pag. 77.

A qualidade de vida implica a oferta/usufruto de melhores condições de vida e de trabalho assim como a melhoria da autonomia de cada um.

Para Henri Lefebvre, o homem moderno encontra-se como alienado no conjunto da cidade. Ele terá eventualmente perdido o "vivant" em detrimento das artérias viárias, da banalidade dos edifícios, do tráfego...

O meio urbano enquanto objecto de estudo divide-se em diferentes perspectivas analíticas. Se por um lado, os imensos conjuntos urbanos possam representar "cidades-radiosas" na medida em que o fenómeno da urbanização permite a perspectivização do advento de uma sociedade do consumo e do lazer, no seio da qual as tarefas mais rotineiras poderão ser feitas automaticamente, através da progressiva substituição do homem pela máquina, possibilitando a libertação do homem para outro tipo de actividades, mais agradáveis e criativas. Por outro lado, as cidades poderão ser encaradas como sinónimo de uma sociedade técnica e burocrática. Elas poderão traduzir num enquadramento espacial a alienação e o constrangimento.

Partilhamos do pensamento de que a cidade ou o espaço urbano deverá assumir simultaneamente duas funções. O espaço urbano deverá ser multifuncional, nele devemos assistir à inscrição das suas múltiplas funções: local de trabalho, local de habitação, local de lazer, local de consumo, local de convívio e local de criatividade. Através do seu carácter simbólico, cultural e estético, o espaço urbano deverá ser transfuncional nas relações mais abstractas ou mais concretas, mas sempre onde o simbólico marca presença, que os diferentes grupos sociais possam estabelecer com o espaço que (usu)fruem.

O espaço urbano é, deste modo, irredutível à sua (uni)funcionalidade.

Actualmente nos meios urbanos assiste-se ao acentuar de um conjunto de (novas) necessidades sociais sentidas pelos grupos sociais, as quais, o processo de desenvolvimento sócio-económico deverá ter em conta numa concepção global de desenvolvimento. Neste sentido, importa investigar com objectividade quais são essas necessidades. O próprio senso-comum permite nomear algumas: segurança, informação, lazeres, sociabilidade, intimidade.

Henri Lefebvre (1967-1968) lançou com relativo sucesso a reivindicação do *Direito à Cidade*, o qual, segundo o autor, viria complementar o direito ao trabalho e o direito à habitação.

Assistimos, pois, à necessidade de redefinir as formas, as funções e as estruturas da cidade, do ponto de vista económico, social, cultural e político, no sentido de satisfazer as novas necessidades sociais assim como as próprias motivações dos indivíduos e consequentes necessidades. Referimo-nos pois

às novas necessidades do bem-estar e da qualidade de vida, caracterizadas pela sua natureza qualitativa e imaterial.

Talvez a sociedade pós-industrial clame por um (novo) Humanismo. O (novo) urbanismo deverá responder às necessidades sociais recentes das cidades modernas. Deverá deixar de lado o seu carácter virtual e assumir a sua função concreta e local.

O direito à cidade traduz-se num apelo, numa necessidade, numa exigência, o direito à vida urbana no seu social total.

Corroborando a importância destas novas necessidades sociais podemos salientar alguns estudos levados a cabo no âmbito da Psiquiatria e no que concerne à vida em meio urbano. Deste modo, "...não há dúvida de que a análise da desorganização social urbana, em geral, e da patologia pessoal e da marginalidade, em particular, se integram na tradição da sociologia urbana, na medida em que se aceita a existência de uma cultura urbana provocada pela heterogeneidade e pela densidade de população que determinam a perda da solidariedade mecânica ou a desintegração da comunidade, factos que provocam um forte acréscimo da taxa de desorganização social" ²⁸.

Na óptica da psicologia clínica e da psiquiatria a noção de qualidade de vida equivale, no que diz respeito às pessoas, a estas *sentirem-se bem*.

Torna-se evidente em determinados estudos que alguns sintomas de sofrimento psicológico, tais como a ansiedade, a angústia e as fobias, têm uma relação directa com a vida nas cidades.

Território, Economia, Sociedade e Indivíduo: A harmonia seria desejável.

Pensar em desenvolvimento e qualidade de vida pressupõe necessariamente ter em conta toda esta multiplicidade de factores que deverão ser entendidos enquanto complementares.

A noção de qualidade de vida pressupõe uma relação subjectiva e directa com cada um dos indivíduos e não pode ser construída unicamente com base nas opções políticas e técnicas. Importa encontrar formas convenientes à participação colectiva com o objectivo de aprofundar o que é e/ou que poderá ser o sentido ou os sentidos a atribuir à noção de qualidade de vida.

²⁸ Veja-se a este propósito C. F. Marshall B. Clinard, *The Relation of Urbanization and Urbanism to Criminal Behaviour*, in Burgeun and Boque (compilado), in Contributions to Urban sociology, Chicago, The University of Chicago Press, sem data, pag 541-559.

À Sociologia poderá competir a função de estudar as novas necessidades sociais assim como as condições sociais contribuindo, desta forma, quiçá, para a (im)possível definição quer da noção de qualidade de vida quer da noção de desenvolvimento.

5. Poder local e representações do desenvolvimento: uma confirmação empírica algures entre o imaginário e a realidade

Ao longo deste texto temos vindo a demonstrar a multiplicidade de sentidos ou de significados a atribuir à noção de Desenvolvimento. Esta oscila e varia de acordo com a própria evolução da Sociedade.

Actualmente, no contexto dos discursos acerca da temática do Desenvolvimento, assistimos a várias referências respeitantes à noção de Qualidade de Vida, o que possibilita reforçar a subjectividade da problemática.

Investigar sobre o *objecto desenvolvimento* implica o recurso às representações sociais, penetrar no campo do simbólico e no Imaginário dos actores sociais, designadamente as autarquias locais, protagonistas do desenvolvimento local. Saliente-se que os territórios concelhios seleccionados para esta (in)validação empírica são os concelhos de Vila Nova de Gaia e da Maia, e é a articulação harmoniosa entre o nível central e o nível local que possibilita o verdadeiro desenvolvimento integrado.

As respostas e as possibilidades de construção analítica e simbólica são inúmeras. Ultrapassam as fronteiras da realidade conjugam por vezes desenvolvimento e qualidade de vida.

Contudo, a realidade debate-se essencialmente com meios económicos e materiais assim como humanos para a condução dos processos do Desenvolvimento.

Tendo subjacente o pressuposto teórico de que o Desenvolvimento de um concelho e/ou de uma região deve ser actualmente considerado como algo integrado e global, procedemos à auscultação e ao registo das opiniões de autarcas, nos concelhos de Vila Nova de Gaia e da Maia, sobre tão importante assunto.

Partindo do princípio de que o Poder Local, neste caso municipal, poderá constituir um agente fulcral de actuação do e no processo de Desenvolvimento do território concelhio, pretendemos construir as suas próprias representações sobre aquele processo. Para este efeito, foram conside-

radas algumas categorias de análise, as quais resultam da efectuação das entrevistas assim como de seu guião condutor, onde se procurou que todos os entrevistados respondessem às respectivas categorias analíticas.

5.1 Desenvolvimento: noção global versus dotação infraestrutural de base

Efectivamente, partimos para o terreno com uma concepção global acerca do desenvolvimento em detrimento da consideração do desenvolvimento unicamente como um simples processo de dotação infraestrutural de base, isto é, pensamos que, actualmente, a noção/representação que se deverá ter acerca do desenvolvimento deverá ser global, considerando várias vertentes e ou componentes do processo. O desenvolvimento será um processo de construção por etapas mas com base numa filosofia de globalidade, procurando superar a (sua) representação enquanto mero processo de crescimento económico. Os testemunhos recolhidos junto dos autarcas dos concelhos em questão, que de seguida passaremos a apresentar, constituem um material interessante de análise e ao nível geral apontam para a designada filosofia de globalidade que deverá caracterizar qualquer processo de desenvolvimento.

No concelho de Vila Nova de Gaia, os testemunhos recolhidos são os seguintes:

"Há duas noções que são complementares: desenvolvimento e crescimento. Em V.N. de Gaia, temos assistido a um crescimento vertiginoso em detrimento do desenvolvimento.

O desenvolvimento deve fazer-se em todas as vertentes. Deve ser global e integrado. No entanto, em V.N. de Gaia, não tem acontecido isso. A pressão urbanística é muito forte. A autarquia não tem capacidade para impedir tal crescimento e não tem capacidade financeira para criar infra-estruturas como por exemplo: espaços verdes, espaços de lazer, etc."

C.M.Gaia, Vereação, 1997

"No desenvolvimento de um concelho ou de uma região temos que ter em conta as ligações viárias entre os concelhos e as ligações entre as freguesias do concelho, isto é a base fundamental(...). Também devemos conside-

ror as infra-estruturas inerentes às indústrias e colocar esses espaços à venda a preços módicos para facilitar a promoção da indústria, Neste sentido, fazemos a oferta a preços de custo, a quem quiser investir em Vila Nova de Gaia."

C.M.Gaia, Presidência, 1997

" Nos últimos anos, tem-se verificado uma tendência positiva em ordem a privilegiar o desenvolvimento em vez do crescimento devido a três ordens de factores: os fundos comunitários funcionam como uma capacidade de maior resposta ainda que exija a contrapartida camarária de que não se dispõe muitas vezes; o aumento das receitas próprias da autarquia e o aumento da actividade comercial, ainda que deforma desgarrada. Mas estamos muito atrasados em matéria de desenvolvimento, mesmo em termos de infra-estruturas como saneamento básico e tratamento de resíduos, estamos muito atrasados! O tratamento de resíduos sólidos na cidade é muito elementar. "

C.M.Gaia, Vereação, 1997

Ao nível da análise comparativa dos discursos dos autarcas de V. N. de Gaia, detectámos algumas descoincidências entre o discurso da Vereação e o discurso da Presidência em termos de sentido(s) a atribuir à noção de desenvolvimento. Podemos mesmo adiantar que em V.N. de Gaia, assiste-se à verificação de uma concepção de desenvolvimento ainda muito arreigada à dotação infraestrutural de base. Se para um elemento camarário, o desenvolvimento deve ser visto de uma forma global e integrada, ainda que tal não aconteça no concelho em questão, para o outro elemento em análise, o discurso sobre o entendimento da noção de desenvolvimento transmite um certo enraizamento relativamente às clássicas teorias da dotação infraestrutural de base, que caracterizaram o período europeu do pós-guerra, e no âmbito das quais assumiu grande importância a questão das redes viárias, o que nos permite pensar, embora com reservas, que o concelho de V.N. de Gaia ainda se encontra a dar os primeiros passos no sentido do desenvolvimento.

"Em termos de rede viária estamos terrivelmente mal, pois Gaia é uma zona de ruas estreitas e sinuosas serpenteadas. O concelho esteve muitos anos parado à espera do saneamento que nunca se pôs, pôs-se a água em

quase todos os sítios , agora é necessário colocar o saneamento assim como todas as outras coisas da vida moderna, T. V. por cabo, telefone, que já está em andamento há muito tempo, para começar a tapetar. Quanto aos acessos de entrada e saída do concelho estamos mais ou menos bem. Um acesso nascente pela estrada nacional 222, um acesso sul pela nacional 1, as duas auto-estradas, a do Freixo e a da Arrábida e o acesso pelo litoral. Absolutamente saturada no miolo da cidade mais pelas pessoas de fora do que pelas de cá. Temos vindo sempre a evoluir neste sentido."

C.M.Gaia, Vereação, 1997

"As vias municipais são importantes, mas mais importantes são as vias estruturantes, passar de um concelho para outro com facilidade, a ligação entre cidades e regiões. É este o aspecto que nós estamos a atacar."

C.M.Gaia, Presidência, 1997

"Entendeu-se que não se podia falar de qualidade de vida nem de desenvolvimento, ou mesmo dos artifícios do desenvolvimento que são as empresas e a actividade económica em geral, se não houvesse infra-estruturas capazes de suportar e corporizar essa actividade e portanto cuidou-se das vias de comunicação e das acessibilidades."

C.M.Maia, Presidência, 1997

" As vias num concelho são como as artérias no corpo humano, são elas que trazem a alimentação, a força motriz para o desenvolvimento (...), e o desenvolvimento de uma área é o produto das vias que possui. O concelho lutou para que a rede viária estivesse implantada aqui Sem as vias de comunicação não teríamos o desenvolvimento que temos hoje.

C.M.Maia, Vereação, 1997

Convém salientar que os sublinhados são nossos e servem para acentuar que estamos perante dois "estádios" desenvolvimento diferenciados. Enquanto o concelho da Maia já cumpriu a fase da rede viária, permitindo libertar determinada disponibilidade financeira e serviços para investir

noutras áreas tão importantes quanto aquela, o concelho de V. N. de Gaia encontra-se presentemente a trabalhar nesse aspecto.

Todavia, a implementação de uma rede viária eficiente, facilitando a mobilidade e a acessibilidade, elementos inerentes ao estilo de vida moderno, designadamente em meio urbano, poderá constituir, de facto, o primeiro passo para o desenvolvimento como podemos verificar através da leitura do testemunho relativo à Vereação da Câmara Municipal da Maia

Gostaríamos de salientar que apesar de o concelho de Vila Nova de Gaia se encontrar na fase da dotação infraestrutural de base, constatámos a existência de uma distinção em termos de representação do fenómeno do desenvolvimento entre o crescimento económico e o desenvolvimento propriamente dito, a qual se encontra presente no discurso da Vereação da autarquia local de Vila Nova de Gaia.

No processo de desenvolvimento empreendido pelas autarquias locais, os factores económico-financeiros são realmente importantes pois solidificam a capacidade de actuação naquela matéria. Contudo, e apesar desta dificuldade, a representação da noção de desenvolvimento dos anos noventa deverá perspectivar de uma forma global o fenómeno em questão. Por outras palavras, poder-se-á perceber na expressão desenvolvimento uma actuação simultânea nas diversas dimensões do fenómeno, isto é, materiais e imateriais. Este tipo de percepção/representação do fenómeno do desenvolvimento verifica-se no concelho da Maia.

"O desenvolvimento de uma localidade, de um concelho ou de uma região traduz-se fundamentalmente na promoção do bem-estar dos cidadãos. Isto é, vamos fornecer aos cidadãos todas as infra-estruturas necessárias para o seu desenvolvimento. O desenvolvimento é uma filosofia de âmbito genérico. O desenvolvimento até há poucos anos era pensado em termos de arranque tecnológico e agora sabemos que o desenvolvimento tem a ver com a promoção da qualidade de vida das populações, não só em termos de infra-estruturas de base mas também ao nível social, ao nível da saúde, ao nível do ambiente(...), é a promoção do bem-estar das populações. O casamento entre o meio ambiente e o cidadão tem que ser fecundo, tem que produzir efeitos na qualidade de vida."

C.M.Maia, Vereação, 1997

"Desenvolvimento é algo que tem um sentido manifestamente global e que abarca um conjunto de circunstâncias que garantam qualidade de vida aos cidadãos. Desenvolvimento implica um conjunto de infra-estruturas de todo o tipo, infra-estruturas básicas urbanas, vias de acessibilidade, equipamentos sociais, habitação, ambiente, por exemplo. O desenvolvimento passa pela resolução dos problemas e questões com que se debate qualquer tipo de sociedade. O desenvolvimento não pode ser visto no plano estritamente económico pois isso significaria emprego e o emprego é uma das condições essenciais da qualidade de vida."

C.M.Maia, Presidência, 1997

Os discursos de desenvolvimento relativos ao concelho da Maia ajudam-nos a ultrapassar a confusão teórica entre o desenvolvimento global e o desenvolvimento económico, vulgo crescimento. Deste modo, podemos opinar que enquanto este poderá conduzir às chamadas condições materiais do desenvolvimento - como por exemplo, infra-estruturas e emprego - o desenvolvimento visa as condições do nível imaterial, portanto subjectivas e do bem-estar.

O desenvolvimento global é constituído simultaneamente pelo desenvolvimento económico e pelo desenvolvimento social.

Note-se a linearidade de sentido nos discursos respeitantes a Autarquia da Maia. Encontram-se em sintonia, o que poderá revelar a existência de eficazes mecanismos de transmissão de informação.

A análise efectuada neste concelho conduz efectivamente à representação do que deveria ser o desenvolvimento na década de noventa: "algo integrado e global".

Depois de cumpridas as infra-estruturas básicas e a dotação infraestrutural em termos de certos tipos de equipamentos urbanos, há que pensar e promover o bem-estar psíco-social dos indivíduos. O desenvolvimento será o resultado possível da relação harmoniosa entre o meio ambiente e as populações. O ecossistema social dever-se-á caracterizar pelo equilíbrio entre as condições naturais/materiais do desenvolvimento e as aspirações imateriais da população. Deste modo, o *"desenvolvimento é o resultado de um conjunto de questões e de circunstâncias que têm o mesmo peso do desenvolvimento económico, a começar pelo desenvolvimento social* (C. M.Maia, Presidência, 1997).

Assim, poder-se-á confirmar que qualquer processo de desenvolvimento concelhio deverá ser composto por várias dimensões.

A dinâmica empresarial do concelho, a sua dinâmica sócio-cultural, a preocupação ambiental, as políticas de Ordenamento e de Planeamento do Território, o estabelecimento de interfaces e a preservação do património histórico-cultural constituem componentes essenciais da noção de desenvolvimento e assumem neste trabalho de investigação o papel de categorias de análise daquela noção.

5.2 Poder local e representações sobre a qualidade de vida

Neste trabalho de investigação, a noção de qualidade de vida adquire uma função lateral, isto é, funciona como uma noção adicional à percepção/representação/conhecimento da noção de desenvolvimento.

Trata-se de observar o significado desta expressão - qualidade de vida — e de verificar a sua relação com a noção de desenvolvimento.

Pensamos que constitui uma questão bastante pertinente no contexto das sociedades modernas e ou ditas desenvolvidas. Nos países desenvolvidos, assistimos já ao questionamento acerca da (eventual) existência de qualidade de vida.

Pretendemos trazer alguns contributos para o enriquecimento da noção de qualidade de vida, neste momento, através das representações dos autarcas entrevistados, apesar da infinita subjectividade que caracteriza aquela noção.

Antes de proceder ao registo dos testemunhos obtidos junto daqueles autarcas, gostaríamos de chamar a atenção para as considerações que efectuámos sobre esta noção ao longo da problemática teórica respeitante a este trabalho de investigação.

"Qualidade de vida é ter saneamento; é ter equipamentos aos mais variados níveis , desde os desportivos até aos culturais; é ter excelentes acessibilidades para não se perder muito tempo no carro; é não haver construção em altura; é ter espaço, ou seja, não haver pessoas umas em cima das outras; é haver solidariedade entre as pessoas. Na cidade, não conhecemos os vizinhos."

C.M.Gaia, Vereação, 1997

"Penso que qualidade de vida é ter acesso a algumas coisas como por exemplo: água potável em condições, um sistema de esgotos a funcionar, uma rede viária em condições, espaços verdes bastantes e capazes; ter o desenvolvimento, quer ao nível do comércio quer ao nível da indústria, para que as pessoas não tenham que sair do concelho. Para mim, isto é fundamental "

C.M.Gaia, Presidência, 1997

Para os autarcas de Vila Nova de Gaia a noção de qualidade de vida representa o acesso a certos equipamentos básicos como o saneamento, a água potável, uma rede viária eficaz, por exemplo.

Ao nível dos discursos, verificamos algumas divergências. Neste sentido, enquanto a presidência do município remete a noção em análise para a existência de uma determinada autonomia funcional do concelho, ou seja, a auto-suficiência verificada em termos de bens e de serviços, o discurso da vereação aponta para uma questão muito pertinente no contexto das sociedades actuais, a (in)existência da solidariedade social. Efectivamente, a racionalidade e a objectividade dos mercados terá acabado com a solidariedade social, sobrevalorizando a lógica do individualismo. Na esteira de Max Weber, poderemos apontar o capitalismo como uma das condições para o desenvolvimento pessoal.

Uma das principais características do *homo economicus* será a sua falta de sociabilidade, tão comum nas sociedades modernas. Por sua vez, segundo G.Simmel "Um dos problemas mais sérios da vida moderna procede do esforço do indivíduo em preservar a sua independência e o seu individualismo frente ao poder soberano da sociedade, contra a força da sua herança histórica, a cultura externa e as tecnicidades da vida. O mercado criado para oferecer uma ampla margem de possibilidades ao indivíduo, converte-se num freio, num limite, numa coerção enquanto se forma como uma instituição separada das complexidades da individualidade. Em lugar de estimular a actividade construtiva e criativa do indivíduo, relega-o a um papel passivo que é a negação dos valores da cultura moderna" ²⁹.

²⁹ Op. cit. in Victória Campos, Drakonts, *Paradojos do Individualismo*, Barcelona, Críticas, 1993, sem pag.

Relativamente ao concelho da Maia, denota-se um certo paralelismo no conteúdo e no sentido a atribuir à noção de qualidade de vida. Para estes autarcas, a qualidade de vida é uma noção abrangente e global. Dela farão parte obrigatoriamente várias dimensões, o desenvolvimento económico, o emprego e a saúde, entre outras, no sentido de se procurar satisfazer o homem na sua pluridimensionalidade. No que respeita a este último testemunho, gostaríamos de referir com especial atenção, e uma vez mais, a questão do emprego, que hoje em dia se encontra em permanente fase de reestruturação. O emprego constitui uma dimensão integrante da cultura do indivíduo e concorre para a atribuição de um sentido à vida.

Assim, temos os testemunhos respeitantes aos autarcas do concelho da Maia.

"Qualidade de vida é sinónimo pura e simplesmente de bem-estar. Neste concelho, o desenvolvimento está presente, o ambiente está presente, as questões económicas e as questões da saúde estão presentes. Qualidade de vida é o bem-estar das populações, é o bem estar do indivíduo integral Até agora, fragmentavam o indivíduo de acordo com o sector da sociedade, por exemplo o emprego, com certas características, sem parâmetros integrados.

O indivíduo deve ser interpretado como algo integrado num determinado local. O indivíduo é inteiro, como um órgão, que é elemento de outro órgão, do órgão da família, do órgão da sociedade local, da sociedade do EstadoÇ..)"

C.M.Maia, Vereação, 1997

"A qualidade de vida é um conjunto global onde se inserem vários parâmetros, um dos quais o desenvolvimento económico, sem este também não há qualidade de vida pois as pessoas não podem viver do ar. A possibilidade de concretizarem o objectivo trabalho é essencial. Sem emprego, não há nada, há marginalidade. Podemos ter jardins, plantas, árvores, excelentes sistemas de drenagem, excelente qualidade da água, garantia de abastecimento e de potabilidade, excelente tratamento de afluentes, redes escolares excelentes, ter-se os idosos bem tratados, áreas urbanas qualificadas (...). Podemos ter isso tudo e é bom que se tenha, mas sem o emprego isso nada ou pouco significa."

C.M.Maia, Presidência, 1997

O desenvolvimento é um processo de construção económico-social, resultante da actividade do Poder Central e do Poder Local, enquanto que a qualidade de vida se coloca do lado da sociedade propriamente dita, isto é, de acordo com as aspirações e as expectativas dos indivíduos tendo em linha de conta o real usufruto.

6. Longos trajectos de desenvolvimento

O Desenvolvimento é um processo contínuo, é uma tendência, pois jamais atingirá um *estádio perfeito*. O desenvolvimento é permanente, é moroso, é construtivo. É uma matéria em que por vezes não há certezas. A única certeza que existe é que se trata de *um longo trajecto*. E este processo deverá ser realizado de acordo com as especificidades territoriais. São pois os *longos trajectos do desenvolvimento*.

O desenvolvimento é uma questão deveras complexa e relaciona-se com uma infinidade de factores, económicos, geográficos, políticos, institucionais, sociais e culturais. O (estádio de) desenvolvimento relaciona-se com as mentalidades. O desenvolvimento reporta a uma postura ou a uma determinada maneira de estar perante a economia e a sociedade. O desenvolvimento solicita uma mudança de mentalidade, uma revolução silenciosa e construtiva, operada algures entre o Imaginário e a Realidade.

IV CONGRESSO
PORTUGUÊS DE
SOCIOLOGIA

SOCIEDADE
PORTUGUESA
PASSADOS
RECENTES

FUTUROS
E PRÓXIMOS

17 - 19 de Abril 2000
Universidade de Coimbra

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA

ICS-Edifício ISCTE, Ala Sul, 1º Andar Av. Das Forças Armadas - 1600-083 Lisboa
Telef. 799 50 17 - Fax 796 49 53 - e-mail: aps@ics.ul.pt - <http://www.aps.pt>

